

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Suspensão de júri
de Carli revolta
família Yared

STF suspende o julgamento do ex-deputado Carli Filho



Carli Filho, em voo vindo de Brasília, no último mês de dezembro.



A deputada federal Christiane Yared, que pegou o mesmo voo.

REAÇÃO 1

O ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho "reagiu muito bem" à suspensão do júri popular, segundo o advogado Gustavo Scandelari, que compõe a defesa dele. "Ele reagiu muito bem [à decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o julgamento]. Ele estava preparado para o júri, como ainda está. Mas ele entende que a análise pelo Judiciário deve ser feita com tranquilidade, sem açodamento. Então, ele está tranquilo e entende que a causa deve ser vista como é: como um acidente de trânsito", apontou o advogado.

REAÇÃO 2

Os pais do jovem Gilmar de Souza Yared — uma das vítimas do acidente provocado por Carli Filho, em 2009 — receberam com "indignação e lágrimas" a suspensão do júri. "A gente percebe que existe uma diferença: uns pagam por seus crimes, enquanto outros, que têm influência política, não pagam", disse Gilmar Yared. Ele acredita que o adiamento possa servir para se desvendar um mistério sobre o caso: o de que Carli Filho estaria disputando um racha com uma pessoa ligada a "políticos poderosos" no momento do acidente.

CONTINUA

Decisão tem caráter liminare e foi tomada pelo ministro Ricardo Lewandowski

Raphael Marchiori e
Felipe Anibal

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o júri popular que julgaria o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de ter matado dois jovens em uma ocorrência de trânsito em 2009. O tribunal deferiu liminar que constava de um pedido de habeas corpus, impetrado pela defesa do réu. Carli Filho seria julgado nos dias 21 e 22 de janeiro, por duplo homicídio doloso qualificado. Uma nova data só poderá ser marcada depois que o Supremo julgar o mérito da ação.

O pedido de habeas corpus foi apresentado pela defesa do ex-parlamentar porque ainda há dois recursos que não foram julgados — um no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outro no próprio STF. Esses recursos sustentam que o caso se trata de um acidente de trânsito e que, por isso, Carli Filho deveria ser julgado por duplo homicídio culposo — sem a intenção de matar. Dessa forma, o réu não iria a júri popular.

Na decisão que concedeu a liminar, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, entendeu que é necessário que os recursos sejam julgados antes que o ex-deputado seja levado a júri. “A definição do mérito, por ora, poderia importar sério prejuízo ao paciente que, como visto, aguarda a preclusão das teses defensivas ainda não julgadas”, consta do despacho.

O advogado Gustavo Scandolari, que integra a defesa de Carli Filho, avaliou que a decisão do STF implicou em justiça. O defensor alega que o Honda Fit em que trafegavam as vítimas — Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida — teria furado a preferencial e que, por isso, foram atingidos pelo carro dirigido pelo ex-parlamentar.

“Nós fizemos um pedido com base na lei. O deferimento atende a nossa impressão a respeito da Justiça”, resumiu o advogado. Além disso, a defesa de Carli Filho contesta a menção ao exame que comprovou que o ex-deputado dirigia sob o efeito de álcool. Embora o exame já tenha sido desconsiderado pela Justiça, a menção aos resultados continua, riscada, no processo.

Efeito suspensivo

O advogado Elias Mattar Assad, que figura como assistente de acusação, estranhou a decisão do STF, entendendo que a liminar contraria a jurisprudência estabelecida pela própria Corte. “Existem súmulas do STF que dizem que recursos especiais extraordinários não podem ter efeito suspensivo. Ou seja, o júri não poderia ter sido suspenso”, disse.

A expectativa do advogado e da família Yared é de que a decisão seja revista pelo Supremo.

O caso

O ex-deputado estadual é acusado de ter matado dois jovens — Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida — em um acidente de trânsito em 2009, em Curitiba. Ele responde pelo crime de homicídio doloso eventual. Na época, um exame no hospital onde

foi atendido mostrou que Carli Filho tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue. Como o exame foi feito enquanto ele estava desacordado, foi desconsiderado pela Justiça.

Em fevereiro de 2014, a 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) encontrou mais uma vez indícios de que Carli Filho assumiu o risco de matar ao dirigir em alta velocidade e depois de ingerir bebida alcoólica, e confirmou o júri popular. Posteriormente, o procedimento foi marcado para 21 e 22 de janeiro deste ano.

Esse é mais um capítulo dessa novela de poder e tentativa de impunidade.

Elias Mattar Assad, advogado e assistente de acusação do caso.

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

Defesa quer

levar operação

Quadro Negro

para a Justiça

Federal

**Parte do dinheiro que pagou
construtora acusada de
desviar verbas veio da União**

OUTRA PASTA

Além de fazer obras para a Secretaria de Educação, a construtora Valor também tem contratos com a Paraná Edificações, autarquia ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (Seil).

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

● OPERAÇÃO QUADRO NEGRO

Defesa de "laranjas" do esquema na Educação quer levar caso à Justiça Federal R\$ 700 MIL

Parte do dinheiro que pagou construtora acusada de desviar verba de obras nas escolas veio da União

Catarina Scortecci

● A defesa de Vanessa Domingues de Oliveira e Tatiane de Souza, que trabalhavam como funcionárias da Valor Construtora até o escândalo da Operação Quadro Negro vir à tona, pretende levar o caso à Justiça Federal. Um dos advogados das funcionárias, Haroldo Nater, disse que não acredita que o caso terá algum desdobramento se permanecer no âmbito de órgãos estaduais. "Só acredito na possibilidade de uma apuração real dos fatos se isso sair do Paraná. O aparato estadual de pressão pode fazer com que tudo isso acabe em pizza", declarou.

A advogada Alexssandra Saldanha, à frente da defesa das funcionárias, lembra que parte do dinheiro fornecido à Valor Construtora para a execução de obras em escolas estaduais saiu dos cofres do governo federal, por meio de convênios com o governo do Paraná. Segundo o Gaeco, cerca de R\$ 18 milhões foram desviados dos contratos.

Deflagrada em meados do ano passado, a Operação Qua-

dro Negro rendeu uma única denúncia formal, em 30 de dezembro último, à 9.ª Vara Criminal de Curitiba. A denúncia, contra 15 pessoas, é resultado de uma investigação feita primeiro pelo Nurce (Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos), da Polícia Civil, e depois pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público do Paraná (MP). A investigação continua, mas parte dela foi encaminhada para a Procuradoria-Geral de Justiça e também para a Procuradoria-Geral da República, em Brasília, devido ao foro especial de autoridades citadas nos depoimentos.

Na lista de denunciados, estão Vanessa e Tatiane, que colaboraram com as investigações até agora e tentam firmar um acordo de colaboração premiada. Tatiane figurou como sócia-proprietária da empresa entre abril de 2013 e janeiro de 2015, de acordo com registros na Junta Comercial do Paraná.

Vanessa continuaria como única proprietária da construtora. As duas, contudo, alegam que são meras laranjas do verdadeiro dono da empresa, Eduardo Lopes de Souza, também denunciado.

"Só acredito na possibilidade de uma apuração real dos fatos se isso sair do Paraná. O aparato estadual de pressão pode fazer com que tudo acabe em pizza."

Haroldo Nater, advogado de duas "laranjas" da construtora Valor.

CONTINUA

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Valor tem contratos com pasta de Pepe Richa, citado em depoimentos

Em meados do ano passado, quando vieram à tona indícios de irregularidades envolvendo a Valor Construtora, a **Gazeta do Povo** revelou que a empresa mantinha 12 contratos com o governo do Paraná, e não só na área de educação, alvo da Operação Quadro Negro. Dos 12 contratos, dez foram firmados com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), para construção ou reforma de escolas, e dois foram firmados com a Paraná Edificações, autarquia ligada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (Seil), sob o comando de Pepe Richa, irmão do governador Beto Richa (PSDB).

Nesta semana, foi revelado que testemunhas do caso, em depoimentos prestados ao Gaecco, citaram o nome de Pepe como um dos beneficiários do esquema de corrupção apurado pela Operação Quadro Negro. Procurado, ele não quis comentar o assunto.

Os dois contratos firmados entre a Valor e a Paraná Edificações se referem à reforma da Penitenciária Feminina de Pirapuera e à revitalização do Parque do Monge, na Lapa.

A empresa venceu a concorrência pública para ampliar a penitenciária no fim de 2013 ao custo de R\$ 7,4 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em março do ano seguinte. A partir daí, a empresa tinha um ano para executar a obra. Mas, até julho de 2015, o serviço ainda não tinha sido realizado. Apesar disso, até aquela data, a empresa tinha recebido R\$ 40 mil. Em agosto

do ano passado, em contato com a reportagem, a Secretaria de Infraestrutura justificou que o valor foi pago a título de serviços preliminares, como limpeza do terreno, construção de barracão e tapumes.

À época, a secretaria informou que uma nova licitação para a reforma da penitenciária seria aberta em janeiro de 2016. Na quinta-feira (14), a pasta informou que apenas aguarda autorização da Secretaria da Segurança — responsável pelo sistema penitenciário — para dar início à licitação, o que deve ocorrer ainda neste primeiro trimestre. (CS)

PARQUE DOMONGE

Em agosto de 2015, ao ser questionada pela reportagem sobre a revitalização do Parque do Monge, na Lapa, a Secretaria de Infraestrutura e Logística garantiu que o serviço foi feito pela construtora Valor dentro do prazo. A entrega teria sido no mês anterior, em julho. A reportagem, contudo, levantou um histórico de problemas. Pelo contrato, assinado em novembro de 2013 ao custo de cerca de R\$ 1,3 milhão, a empresa tinha cinco meses para executar o serviço. Para esticar o prazo, foram feitos três aditivos. O último definiu que a empresa tinha até 2 de julho de 2015 para entregar a obra.



Pepe não comenta a denúncia

CONTINUA

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Abi é citado na Operação Quadro Negro

Primo distante de Beto Richa envolvido no esquema de corrupção na Receita Estadual aparece agora em depoimentos sobre o caso de desvio de dinheiro de obras de escolas estaduais

| Catarina Scortecchi

● Acusado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina de ser o líder político do grande esquema de corrupção na Receita Estadual, revelado pela Operação Publicano, o empresário Luiz Abi Antoun agora também é envolvido na Operação Quadro Negro, que trata de desvio de recursos públicos a partir de contratos da construtora Valor com a Secretaria de Estado da Educação (Seed) para a construção e reforma de escolas estaduais.

O nome de Abi, primo distante do governador Beto Richa (PSDB) e considerado pelo Gaeco como uma espécie de “eminência parda” do governo, aparece no depoimento de Vanessa Domingues de Oliveira, que trabalhava na Valor e figura legalmente como proprietária da empresa, embora seja apenas uma laranja do verdadeiro dono, Eduardo Lopes de Souza.



Luiz Abi é apontado como “eminência parda” do governo Richa.

BRIGA COM RICHÁ

Irmão da vice-governadora Cida Borghetti, o ex-vereador de Curitiba Juliano Borghetti, denunciado à Justiça por envolvimento no esquema da Operação Quadro Negro, negou em depoimento ter participado do esquema. Ao Gaeco, ele busca destacar que está brigado com o governador Beto Richa (PSDB) e, portanto, não teria como fazer qualquer ponte entre a construtora Valor, para quem prestou serviços, e o Executivo estadual.

Ao falar para os investigadores do Gaeco de Curitiba sobre quem seriam os beneficiários do esquema de corrupção, Vanessa menciona o nome de “Abib Richa”. “Foi para o Maurício Fanini, para o Pepe Richa, para o Abib Richa, tudo parente do Richa”, disse ela. Questionados pela reportagem, os advogados de Vanessa, Alexsandra Saldanha e Haroldo Nater, confirmaram que, ao dizer “Abib Richa”, ela se referia, na ver-

dade, a Luiz Abi Antoun.

Na quinta-feira (14), a reportagem não conseguiu contato com o advogado de Abi, Roberto Brzezinski. Já o promotor de Justiça Felipe Lamarão de Paula Soares, um dos investigadores da Quadro Negro no Gaeco, disse que, pelo depoimento, não é possível ter certeza de que se trata de Luiz Abi. “Foi uma declaração frágil. Tanto que ele [Abi] não está entre os 15 denunciados”, afirmou Soares.

CONTINUA

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"Não temos o que temer", diz Richa sobre acusação de corrupção

LONDRINA

Marcus Ayres

Especial para a Gazeta do Povo

● Durante visita a Londrina na quinta-feira (14), o governador Beto Richa (PSDB) voltou a negar que o dinheiro supostamente desviado de obras em escolas estaduais tenha abastecido sua campanha à reeleição, em 2014. "Não temos o que temer e vamos estabelecer a verdade o mais rápido possível", declarou, durante coletiva de imprensa na PR-445.

A Operação Quadro Negro apura o desvio de dinheiro destinado a obras de escolas estaduais. Investigadas citaram que parte do dinheiro desviado teria abastecido a campanha de reeleição de Richa, em 2014.



Richa: "Sou intransigente com a corrupção".

Na opinião do governador, as acusações foram feitas para tirar o foco da investigação e "jogar em alguém maior" no caso.

Richa também prometeu punir todos os responsáveis pelo desvio de recursos. "Sou intransigente com corrupção. É importante destacar que logo que tivemos os primeiros indícios desses desvios, foi o nosso governo que tomou as providências", disse o governador.

"Não posso admitir pessoas desqualificadas, envolvidas nessas falcatruas, dizerem que [o recurso desviado] foi para a campanha."

Beto Richa (PSDB), governador do Paraná.

Advogados divulgam carta contra Lava Jato

SÃO PAULO
Estadão Conteúdo

● Advogados penalistas e constitucionalistas redigiram manifesto contra a Operação Lava Jato. O documento será divulgado nesta sexta-feira (15).

Os advogados, entre eles de-

fensores de políticos e empreiteiras sob suspeita de formação de cartel no esquema da Petrobras, argumentam que “no plano do desrespeito a direitos e garantias fundamentais dos acusados, a Lava Jato já ocupa um lugar de destaque na história do país”.

“Nunca houve um caso penal em que as violações às regras mínimas para um justo processo estejam ocorrendo em relação a um número tão grande de réus e de forma tão sistemática”, afirmam.

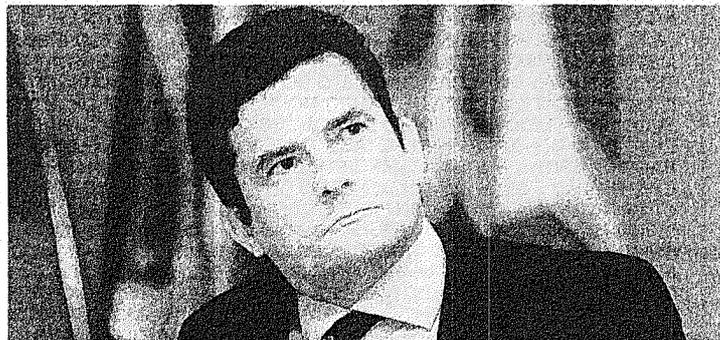
“O desrespeito à presunção de inocência, ao direito de defesa, à garantia da imparcialidade da jurisdição, o desvirtuamento do uso da prisão provisória, o vazamento de informações seletivas, a execração pública dos réus, dentre outros graves vícios, estão se consolidando como marca da Lava Jato, com consequências incalculáveis para o presente e o futuro da justiça criminal brasileira.”

Trecho de manifesto de advogados contra a Operação Lava Jato.

PRISÕES MANTIDAS

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, negou o pedido de liberdade dos executivos da Andrade Gutierrez Otávio Marques de Azevedo e Elton Negrão. Ambos estão presos no Paraná por envolvimento na Lava Jato. O ministro levou em consideração o parecer da Procuradoria-Geral da República que salienta haver possibilidade de os dois voltarem a cometer crimes, “colocando em risco a ordem pública”. Há uma semana, Lewandowski também manteve na prisão o empreiteiro Marcelo Odebrecht – capturado na Operação Erga Omnes no dia 19 de junho de 2015, por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro.

Pedro Serapio/Gazeta do Povo



Juiz Sergio Moro: manifestação não cita nomes individualmente.

PROPINA

Janot pede ao Supremo perda do mandato de deputado do PT

● O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal que decrete a perda do mandato do deputado Vander Loubet (PT-MS), alvo da Lava Jato, por suspeita de recebimento de propinas que somaram R\$ 1 milhão em esquema de corrupção instalado na BR Distribuidora. Ao denunciar Loubet criminalmente perante a Corte por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Janot atribui ao petista ligação com “grupo criminoso” que repassava a ele valores ilícitos “em função da ascendência que o Partido dos Trabalhadores exercia sobre parte da Petrobras Distribuidora S/A”.

ACUSAÇÃO

Mensagens indicam lobby de ex-ministro Gabas a favor da OAS

● Mensagens obtidas pela Lava Jato no celular de Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira OAS, indicam que o ex-ministro da Previdência Carlos Gabas intermediou negócios da empresa com o governo do Distrito Federal em 2014, época em que era comandado por Agnelo Queiroz (PT). Os investigadores afirmam que “sobre Gabas, destaca-se que há trocas de mensagens ao menos desde junho de 2012, sendo um contato de pessoas vinculadas a empresas do grupo OAS com negócios relacionados ao governo”. Gabas, que comandou o ministério de janeiro a outubro de 2015, nega a acusação.

15 JAN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



15 JAN 2016

BEMPARANÁ

INDIGNAÇÃO



STF suspende Juri popular do caso Carli Filho. Christiane Yared, mãe de uma das vítimas, critica o ministro responsável pela decisão '

"Após ler a decisão do STF, um sentimento de revolta e de dor insuportável, com indignação e senso de injustiça, me acende como fogo. Quando é que o meu filho vai descansar em paz? Só peço o que é direito".

*da deputada federal
Christiane Yared, mãe
de um dos jovens
mortos no acidente
envolvendo o
ex-deputado
Luiz Fernando
Carli Filho*

Franklin de Frei

15 JAN 2016

BEMPARANÁ

Presidente do STF suspende júri popular de Carli Filho

Ministro Ricardo Lewandowski foi criticado pela deputada federal Christiane Yared

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, concedeu, ontem, liminar que adiou o júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, até então marcado para a semana que vem. O ministro do Supremo aceitou alegação da defesa sobre a possibilidade de desclassificação do delito de doloso para culposo, ainda pendente no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O julgamento do recurso no STJ foi suspenso naquela corte por pedido de vista formulado em 15 de dezembro do ano passado. Caso tenha êxito no STJ, o Júri Popular contra Carli Filho poderia ser

anulado.

Tão logo o adiamento se tornou público, a reação foi imediata. A deputada federal Christiane Yared — mãe de Gilmar Yared, um dos jovens mortos no acidente em que o ex-deputado é réu —, publicou nas redes sociais a sua indignação.

“Após ler a decisão do STF de adiar o Julgamento do caso Carli Filho a menos de uma semana do Júri Popular, um sentimento de revolta e uma mistura de dor insuportável, com indignação e senso de injustiça me acende como fogo”, escreveu.

Já no começo da tarde, Christiane e seu advogado,

Elias Mattar Assad, falaram com a imprensa. Assad, que atua como assistente de acusação no caso, representando a família Yared, disse que estranhou a decisão do STF, que foi contra jurisprudência estabelecida pela própria corte. Contudo, diz que espera que a liminar seja revista pela corte, e que nova data do júri popular marcado.

“Chega a ser humilhante, mas não vão nos calar. É como se jogassem gasolina no fogo. Isso me incendeia ainda mais. Nós não vamos deixar de lutar”, disse Christiane, que também prometeu procurar o presidente do STF para falar sobre o assunto.



Elias Assad e Christiane Yared: inconformismo

15 JAN 2016

BEMPARANÁ

Lewandowski vem a Curitiba hoje

A oportunidade que a deputada federal Christiane Yared de encontrar o presidente do Supremo, pode até ser hoje. Ricardo Lewandowski tem compromisso em Curitiba, nesta tarde. Como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e STF, Lewandowski participa da inauguração do novo Centro de Audiências de Custódia da capital e da assinatura de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) para a implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), marcado para as 16 horas.

Antes, Lewandowski também recebe do presidente do TJ-PR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, a Comenda do Colar do Mérito Judiciário. O governador Beto Richa confirmou presença nesta solenidade no Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná, às 14h30.

15 JAN 2016

BEM PARANÁ

Camargo será relator das contas de Richa

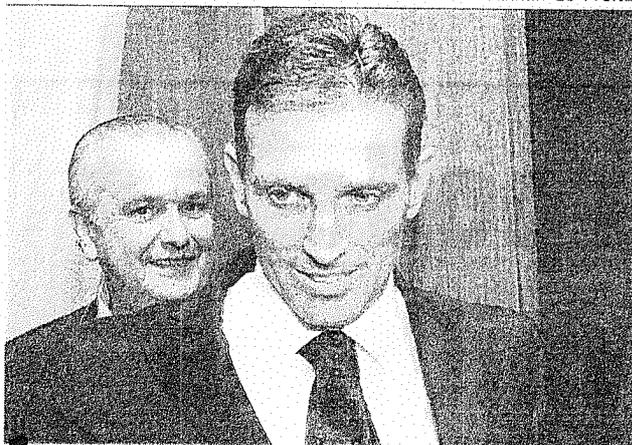
Conselheiro será responsável por parecer sobre finanças do Estado de 2016 no TCE

Ivan Santos

O conselheiro e ex-deputado estadual Fabio Camargo será o relator das contas de 2016 do governador Beto Richa (PSDB). O sorteio foi realizado ontem, na primeira sessão do ano do Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

O parecer prévio sobre as contas de Richa de 2016 será votado pelo Pleno do Tribunal no segundo semestre de 2017. O relator das contas de 2015, que terá parecer votado neste ano, é o conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, vice-presidente do TCE-PR. As contas de 2014 de Richa, aprovadas recentemente com ressalvas, tiveram como relator o conselheiro e também ex-deputado Durval Amaral. A indicação chegou a ser contestada pelo Ministério Público junto ao TC (MPC), sob a alegação de impedimento por ele ter sido secretário chefe da Casa Civil no primeiro mandato do tucano, mas a suspeição foi rejeitada pelos conselheiros.

Segundo o tribunal, o sorteio é feito com antecedência



Camargo: ex-deputado foi indicado em julho de 2013

para que o relator e sua equipe técnica possam acompanhar, ao longo do ano, a execução do Orçamento do Estado. Camargo foi o último conselheiro a tomar posse no corpo no TCE-PR. Ele assumiu o cargo em 22 de julho de 2013, na vaga deixada pelo conselheiro Hermas Brandão, que se aposentou compulsoriamente ao completar 70 anos. Antes de ser eleito conselheiro do TCE pela Assembleia Legislativa, foi vereador por Curitiba - eleito em 2000 e reeleito em 2004 e deputado estadual eleito em 2006 e reeleito em 2010.

Eleição contestada - Camargo foi eleito pela Assembleia em julho de 2013, para o cargo de conselheiro, por 27 votos, contra 22 votos do deputado Plauto Miró (DEM). Desde que tomou posse, foi afastado duas vezes.

A primeira vez, em novembro de 2013, sob a alegação de que não teria apresentado os documentos necessários para concorrer ao cargo como certidões negativas de processos judiciais contra ele. Em abril de 2014, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu li-

minar para que ele voltasse ao posto. Em junho, o mesmo Gilmar Mendes, porém, reverteu a decisão, determinando novo afastamento.

Em setembro do ano passado, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, concedeu nova liminar, determinando o retorno do ex-deputado ao TCE. um dos argumentos foi de que o empresário Max Schrappe, que contestou a eleição de Camargo, não teria recebido nenhum voto na eleição, portanto, não teria legitimidade no caso.

Outra alegação dos advogados de Schrappe para o pedido de afastamento foi o resultado da votação. O argumento era de que seriam necessários os votos de metade mais um dos 54 deputados para a eleição do conselheiro. Caso nenhum dos dois atingissem esse número, seria preciso a realização de um segundo turno.

A defesa de Camargo contestou, apontando que o eleito e Miró optaram por não votar, por isso o quórum de maioria absoluta não teria sido atingido. Além disso, seria necessária apenas maioria simples dos parlamentares presentes.

Franklin de Freitas

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF suspende júri de ex-deputado Carli Filho

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Faltando uma semana para o início do júri popular do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, inicialmente marcado para 21 e 22 de janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu um habeas corpus a favor da defesa, suspendendo assim o julgamento. O ex-parlamentar é acusado da morte de Gilmar de Souza Yared, de 26 anos, e de Carlos Murilo de Almeida, de 20, em um acidente automobilístico ocorrido na capital, em 2009. A decisão, de caráter liminar, foi proferida anteontem, pelo próprio presidente da corte, Ricardo Lewandowski, e vale até que seja julgado o mérito da questão. Não há uma data certa para que isso aconteça.

Carli Filho responde pelo crime de homicídio doloso eventual (quando o envolvido, mesmo sem querer efetivamente o resultado, assume o risco). Na época, um exame no hospital mostrou que o então parlamentar tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue. Como o procedimento foi feito enquanto ele estava desacordado, porém, acabou desconsiderado pela Justiça. Ele também estaria

em alta velocidade. A defesa, comandada por Gustavo Scandelari, do escritório do professor René Dotti, busca mudar a classificação para duplo homicídio culposo na direção de veículo automotor, alegando que os jovens não respeitaram a via preferencial.

De acordo com a tese, como o recurso ainda está pendente de análise, pela 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), seu resultado pode mudar o rumo do caso. "Essa circunstância, portanto, ao menos em juízo de mera deliberação, evidencia a plausibilidade da pretensão liminar, sobretudo porque a definição do mérito, por ora, poderia importar sério prejuízo ao paciente, que, como visto, aguarda a preclusão de teses defensivas ainda não julgadas", escreveu Lewandowski.

"A defesa recebe a notícia com tranquilidade, porque o pedido que fizemos está fundamentado na lei. É um pedido justo e atende ao próprio interesse público", afirmou Scandelari. Segundo ele, não é possível realizar um julgamento sem analisar todos os agravos. "O ministro concordou que é uma questão de prudência. Dependendo da decisão, como fica? Teria que se anular o jú-

ri, causando uma frustração social", completou.

ESPANTO E REVOLTA

Já o assistente da acusação, Elias Mattar Assad, se disse espantado com a interpretação. "O STF rompe com a jurisprudência do próprio Supremo, que diz que recursos especiais e extraordinários não têm efeito suspensivo. Achei o despacho apressado. Foi um excesso de cautela." Ele contou que pretende trabalhar para revogar a decisão. "Para nós, é só um adiamento. Não estamos preocupados com a prescrição, que é de 20 anos, e sim em chegar ao dia do julgamento, coisa que a defesa foge."

Mãe de uma das vítimas, a deputada federal Christiane Yared (PTN) se manifestou por meio das redes sociais. "Um sentimento de revolta e uma mistura de dor insuportável, com indignação e senso de injustiça me acendem como fogo. Quando é que o meu filho vai descansar em paz? Até quando o poder econômico e troca de favores políticos irão influenciar a Justiça Brasileira, ou a falta de Justiça? Como esses quase sete anos enfrentando ameaças, pressão, esperando pelo desfecho do caso têm sido difíceis. Não há um dia sequer que eu não sofra pela ausência do meu filho. A sociedade brasileira não suporta mais trocar filhos por cestas básicas. Não peço muito. Só o que me é de direito: justiça!"

O mérito da questão será julgado e ainda não há uma data certa para que isso aconteça

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Adiado

Antes, muito antes da 25ª hora, o STF, através de uma liminar do seu presidente, suspendeu o júri do ex-deputado Ribas Carli. Hoje o ministro Levandowski estará em Curitiba para receber comenda do Tribunal de Justiça e participar da inauguração da Casa de Custódia em cujo entorno seriam erguidas as instalações do Judiciário local. Inevitáveis as perguntas que a barragem judiciária buscará minimizar, tal a reação do público e, especialmente da deputada federal, a mais votada do Paraná, Cristiane Yared, e que perdeu o filho na tragédia de seis anos passados e promete tentar um contato com o ministro do STF. Aí, um clima de constrangimento que reclama a presença mais de bombeiros do que de incendiários. Decisões judiciais, ainda que provisórias, se assentem no princípio da liberdade de convencimento dos magistrados.

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Morosidade da Justiça

A suspensão do julgamento do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, deferida ontem pelo Supremo Tribunal Federal causa indignação entre os paranaenses. O ex-parlamentar é acusado da morte de Gilmar de Souza Yared, de 26 anos, e de Carlos Murilo de Almeida, de 20, em um acidente automobilístico ocorrido em 2009 em Curitiba. Há indícios de que Carli Filho trafegava em velocidade bem acima do permitido para a via e que teria ingerido bebida alcoólica.

Importante salientar que não se trata de fazer pré-julgamento ou de condenar antecipadamente um réu. A discussão deve ficar em torno da agilidade da Justiça até mesmo para “dar uma resposta” à população. O acidente completa sete anos em maio e parece inadmissível que em todo esse tempo o caso não tenha um desfecho. Tudo isso reforça entre a população o sentimento de impunidade, sensação que não pode permanecer.

A opinião pública deve se basear em casos como esse para retomar a discussão em torno do excesso de leis e de brechas da Justiça brasileira. Se quase sete anos após a prática de um crime o réu continua solto e não ficou sequer um dia preso, é indicativo de que há algo errado. Brechas nas leis, várias interpretações de juízes, desembargadores e ministros e infinitos recursos sobrecarregam e acabam por adiar a efetividade da Justiça brasileira. É uma discussão bastante complexa e que tem que contar com o envolvimento da população.

O debate em torno de uma reforma no Judiciário não é novo, mas se mostra mais importante a cada dia. Talvez precise de um engajamento maior da população em questões como essa, que são primordiais até mesmo para garantir a credibilidade da Justiça e o sentimento de equidade a todos. Em meio ao “mar de lama” que o País enfrenta, essa seria uma das ações que ajudaria a reverter a atual situação.

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Contas do governador

As contas 2016 do governador Beto Richa (PSDB) estarão sob a responsabilidade do conselheiro Fabio de Souza Camargo, que será o relator no Tribunal de Contas do (TC) do Paraná, conforme sorteio feito ontem. Segundo o TC, a definição ocorre no início do exercício para "permitir que o conselheiro sorteado e sua equipe técnica possam acompanhar, de forma concomitante, ao longo do ano, a execução orçamentária". Filho do desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo, Fabio permaneceu afastado do TC por mais de um ano por suspeitas de irregularidades na votação que o elegeu para o cargo, até conseguir decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) para retornar.

Histórico

Vale lembrar que Fábio Camargo é filho do ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) Clayton Camargo, que chegou a ser afastado do cargo em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça. Denúncias à época apontavam que o então presidente do TJ foi acusado de venda de sentenças, de patrimônio incompatível com as funções, de lavagem de dinheiro, de tráfico de influência - teria inclusive atuado para eleição de Fábio como conselheiro do TC -, de corrupção passiva e de crimes tributários. Clayton tornou-se o primeiro desembargador do Paraná afastado pelo CNJ.

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Beto volta a negar elo com a Quadro Negro

Luis Fernando Wiltemburg

Reportagem Local

O governador Beto Richa (PSDB) voltou a negar ontem, em Londrina, que tenha havido repasses de recursos desviados de unidades escolares para sua campanha eleitoral de 2014 e afirmou que não tem “nada a temer”. O suposto desvio foi citado durante delação premiada em consequência das investigações da Operação Quadro Negro, que apura desvios na Secretaria Estadual de Educação.

Úrsula Andreas Ramos, ex-procuradora jurídica da Valor Construtora e Serviços Ambientais, empresa responsável pelas obras, afirmou em depoimento ao Ministério Público que parte do dinheiro desviado teria sido repassado para a campanha de reeleição de Beto e de outros três deputados da base aliada: Ademar Traiano (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Paluto Miró (DEM), e Tiago Amaral

(PSB), que também negam as acusações.

Beto disse que é “intransigente com a corrupção”, que vai punir os responsáveis pelos desvios e que mandou abrir investigações antes mesmo do Ministério Público. “Não temos nada a temer e vamos restabelecer a verdade o mais rápido possível”, afirmou.

O governador também disse ser inadmissível que “pessoas desqualificadas, envolvidas em falcaturas” digam que os recursos foram para sua campanha e que a motivação é apenas para tirar o foco da investigação de cima deles.

Questionado sobre a diferença entre a acusação de delatores contra sua campanha eleitoral e as denúncias de que a senadora Gleisi Hoffmann (PT) também teria recebido dinheiro desviado em sua campanha eleitoral, Beto diz que “toma providências” e que teve aprovadas as contas de todas as suas campanhas.

MAZZA

Quem denunciou

Jaime Sunye Neto, um dos primeiros a denunciar a trama das construções escolares, foi demitido e esse é o sinal de como o governo reagiu à questão e tirou, também, posto que escudado em outras razões, o secretário de Educação, igualmente quem tomou as primeiras medidas de apuração. O governador é alguém que não acredita também no ditado: “Diga-me com quem andas, dir-te-ei quem és”. É recordista em dar “bandeiras” como as das relações suas de lazer, que normalmente ganham sentido da afetividade e privacidade, com gente envolvida. O caso do Ezequias, que dá as cartas no seu governo com a imponência de um príncipe, é bem distante e soa como gesto de lealdade ao companheiro que pisou na bola, e merece uma suposta compreensão. Que não vigora a seu favor nem na Publicano e muito menos na Quadro Negro.

15 JAN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

STF nega liberdade

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, negou o pedido de liberdade dos executivos da Andrade Gutierrez Otávio Marques de Azevedo e Elton Negrão. Ambos estão presos em Curitiba por envolvimento com o esquema de corrupção investigado na Operação Lava Jato. O ministro levou em consideração o parecer da Procuradoria-Geral da República que salienta haver possibilidade de os dois voltarem a cometer crimes, "colocando em risco a ordem pública". O pedido, encaminhado ao plantão do Supremo, questionava o pedido mantido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão é assinada por Lewandowski porque cabe a ele, durante o recesso do Judiciário, decidir sobre questões urgentes. Teori Zavascki, ministro relator da Lava Jato na corte, volta de férias em fevereiro.

Lewandowski no Paraná

E o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, estará hoje em Curitiba onde receberá a Comenda do Mérito Judiciário concedida pelo Tribunal de Justiça do Paraná. A solenidade será, às 14h30, no Pleno do TJ.

15 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

IMPUNIDADE CONTINUA



Ex-parlamentar seria julgado por duplo homicídio doloso qualificado.



Defesa diz que foi o carro das vítimas que furou a preferencial.

STF suspende o júri popular do ex-deputado estadual Carli Filho

Raphael Marchiori e Felipe Anibal

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o júri popular que julgaria o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de ter matado dois jovens, em acidente trânsito, em 2009. O tribunal aceitou o pedido de habeas corpus feito pela defesa. Carli Filho seria julgado na próxima semana, por duplo homicídio doloso qualificado. Nova data só poderá ser marcada depois que o Supremo julgar a ação.

O pedido de habeas corpus foi feito porque ainda há dois recursos que ainda não foram julgados um no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outro no próprio STF. Esses recursos sustentam que o caso se trata de um acidente de trânsito e que, por isso, Carli Filho deveria ser julgado por duplo homicídio cul-

poso sem a intenção de matar. Dessa forma, o réu não iria a júri popular.

CULPA DAS VÍTIMAS?

Na decisão que concedeu a liminar, o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, entendeu que é necessário que os recursos sejam julgados antes que o ex-deputado seja levado a júri. O advogado Gustavo Scandelari, que integra a defesa de Carli Filho, disse que o STF fez justiça. O defensor alega que o Honda Fit em que trafegavam as vítimas Gilmar de Souza Yared e Carlos Murilo de Almeida teria furado a preferencial e que, por isso, foram atingidos pelo carro dirigido pelo ex-parlamentar.

“Nós fizemos um pedido com base na lei”, resumiu o advogado. Além disso, a defesa de Carli Filho contesta ainda o exame que comprovou que o ex-deputado dirigia sob o efeito de álcool. Na tese dos advogados, a prova teria sido colhida ilegalmente.

“Júri não poderia ter sido suspenso”, diz.

O advogado Elias Mattar Assad, que figura como assistente de acusação, estranhou a decisão do STF. “Existem súmulas do STF

que dizem que recursos especiais extraordinários não podem ter efeito suspensivo. Ou seja, o júri não poderia ter sido suspenso”, disse. A expectativa do advogado e da família Yared é de que a decisão seja revista pelo Supremo. “Espero que o STF revogue essa liminar, para que possamos remarcar o júri”, disse Assad. “Esse é mais um capítulo dessa novela de poder e tentativa de impunidade”, completou.

CONTINUA

15 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Família Yared: "indignação e lágrimas"



"É uma derrota de toda a sociedade", diz Christiane, mãe de Gilmar.

Os pais do jovem Gilmar de Souza Yared, uma das vítimas do acidente provocado pelo ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho, em 2009 receberam com "indignação e lágrimas" a informação de que o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o júri popular do acusado, que estava marcado para o fim de janeiro.

LUTA

"Chega a ser humilhante, mas não vão nos calar. É como se jogassem gasolina no fogo. Isso mêm incendia ainda mais. Nós não vamos deixar de lutar. Nós vamos deixar um legado para o esse país", disse Christiane Yared.

"Nós recebemos isso com indignação e lágrimas. Nós ainda não conseguimos enterar o nosso filho. Essa não é uma derrota parcial da nossa família, mas de toda a sociedade. A gente percebe que existe uma diferença: uns pagam p seus crimes, enquanto outro que têm influência política, não pagam", disse Gilmar Yared, pai de Gilmar Rafael.

SUSPEITAS

A família espera que o adiamento sirva para esclarecer uma das versões acerca do desastre, que ainda permanecem obscuras: que Carli Filho estaria disputando um racha, quando atingiu o carro em que as vítimas trafegavam.

Sem citar nomes, Gilmar Yared diz que uma pessoa ligada a um "político muito forte" teria participado do suposto racha.

"Acho que há um propósito para tudo isso, para que a gente venha a desvendar a outra parte envolvida no desastre que seria o outro carro. Há um político muito forte, que tem receio de que seu nome seja revelado e que está lutando muito fortemente para que a gente não esclareça quem seja o outro envolvido", disse Yared.

O CASO

O ex-deputado estadual é acusado de ter matado dois jovens Gilmar de Souza Yared e de Carlos Murilo de Almeida em um acidente de trânsito em 2009. Na época, um exame no hospital onde foi atendido mostrou que Carli Filho tinha 7,8 decigramas de álcool por litro de sangue do ex-deputado. Como o exame foi feito enquanto ele estava desacordado, já está desconsiderado pela Justiça. Em fevereiro de 2014, a 1.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) encontrou mais uma vez indícios de que Carli Filho assumiu o risco de matar ao dirigir em alta velocidade e depois de ingerir bebida alcoólica, e confirmou o júri popular. Posteriormente, o procedimento foi marcado para 21 e 22 de janeiro deste ano.

15 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

PARENTE TÁ ENVOLVIDO

"Líder político" da Publicano, primo de Beto Richa é citado na Operação Quadro Negro

Catarina Scortecci

Acusado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina de ser o líder político do grande esquema de corrupção na Receita Estadual, revelado pela Operação Publicano, o empresário Luiz Abi Antoun agora é citado também na Operação Quadro Negro, que trata de desvio de recursos públicos a partir de contratos da Valor Construtora com a Secretaria de Estado da Educação (Seed), para construção e reforma de escolas estaduais.

O nome de Abi, parente distante do governador Beto Richa (PSDB) e considerado pelo Gaeco como uma espécie de "eminência parda" do governo tucano, aparece no depoimento de Vanessa Domingues de Oliveira,



Depois da Receita, Abi pode estar na Operação Quadro Negro também.

que trabalhava na Valor Construtora e figura legalmente como proprietária da empresa, embora seja apenas uma laranja do verdadeiro dono, Eduardo Lopes de Souza.

Ao falar para os investigadores do Gaeco de Curitiba sobre quem seriam os beneficiários do esquema de corrupção, Vanessa menciona o nome de "Abib Richa". "Foi para o Maurício Fainini, para o Pepe Richa, para o Abib Richa, tudo parente do Richa", disse ela. Questionado pela reportagem, o advogado de Vanessa, Haroldo Nater, confirmou que sua cliente se referia a Luiz

Abi Antoun.

O promotor de Justiça Felipe Lamarão de Paula Soares, um dos investigadores da Operação Quadro Negro no Gaeco de Curitiba, disse que, pelo depoimento, não é possível ter certeza de que se trata de Luiz Abi Antoun. "Foi uma declaração frágil. Tanto que ele [Abi] não está entre os 15 denunciados", afirmou Soares. Ao contrário do irmão do governador, Pepe Richa, que é secretário de Estado e tem foro privilegiado no Tribunal de Justiça do Paraná, Abi não tem foro especial e, por isso, pode ser investigado pelo próprio Gaeco de Curitiba.

CONTINUA

15 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

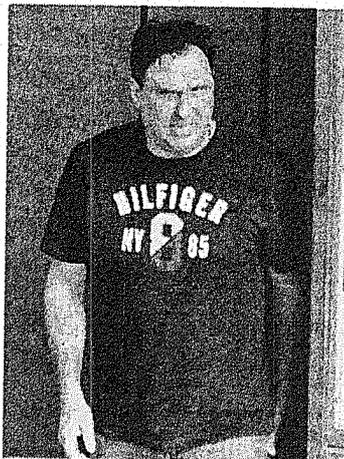
CONTINUAÇÃO

Borghetti nega participação

Euclides Lucas Garcia

Irmão da vice-governadora Cida Borghetti (Pros), o ex-veveador de Curitiba Juliano Borghetti foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR), no fim do ano passado, pelos crimes de exploração de prestígio e organização criminosa. Segundo as investigações da Operação Quadro Negro, ele dizia que poderia usar do seu prestígio político em benefício da construtora Valor, acusada de participar de um esquema de desvios de dinheiro público de obras em escolas estaduais.

Em depoimento ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), porém, ele destacou que está brigado com o governador Beto Richa



Aniele Nascimento

Borghetti tentou se explicar.

(PSDB) e, portanto, não teria como fazer qualquer ponte entre a empresa e o Executivo estadual. Segundo ele, após sair desgastado do governo, procurou o

verdadeiro dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza, com quem teria forte amizade há mais de 20 anos. E pediu se o amigo "podia arrumar alguma coisa".

O acordado foi que Borghetti faria uma experiência de três meses, buscando contatos com a iniciativa privada para baratear os valores das obras da Valor. Para isso, recebeu R\$ 15 mil mensais em espécie, entre fevereiro e abril do ano passado. A versão contada por Souza é idêntica à dele. No entanto, Vanessa Domingues de Oliveira, laranja que figura como proprietária formal da Valor, afirma que era uma espécie de funcionário fantasma da Valor e que foi à sede da empresa seis ou sete vezes para receber pagamentos de R\$ 15 mil.

ENTENDA O CASO

Testemunhas ligadas à construtora Valor, responsável pelas obras investigadas na Operação Quadro Negro, afirmam que o dono da empresa, Eduardo Lopes de Souza, fazia saques de até R\$ 800 mil em dinheiro vivo e que essa verba era repassada irregularmente a pessoas ligadas ao governo do Paraná. Segundo os depoimentos, ouvidos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), o dinheiro era desvia-

do de obras de escolas estaduais em um esquema que teria beneficiado autoridades do primeiro escalão.

Uma das testemunhas ouvidas pelo Gaeco, Vanessa Domingues de Oliveira, diz que os cheques usados para fazer os saques somaram R\$ 6 milhões. Vanessa, que diz ter sido sócia "laranja" da Valor, afirma que o desvio era feito por meio de falsas medições nas obras tocadas pela empresa.

Segundo o depoimento de Vanessa, a verba era repassada para que a Valor ganhasse novas licitações. Entre as pessoas que teriam recebido dinheiro estariam os deputados Ademar Traiano (PSDB), Plauto Miró (DEM) e Tiago Amaral (PSB), o conselheiro do Tribunal de Contas Durval Amaral e o secretário estadual de Infraestrutura, Pepe Richa. As acusações contra políticos foram enviadas à Procuradoria-Geral da República (PGR).

15 JAN 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

RELATOR AMIGO

As contas de 2016 do governador Beto Richa (PSDB) vão ser relatadas por um ex-integrante de sua base na Assembleia Legislativa. O conselheiro Fabio Camargo foi sorteado para ser o relator na primeira sessão do ano do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O sorteio é sempre feito no início do ano para que o conselheiro designado possa acompanhar ao longo do tempo os gastos e as receitas do governo. Ao fim do período, ele elabora um voto, com base no trabalho dos técnicos. Os demais conselheiros julgam se o relatório está correto e pedem a aprovação ou a rejeição das contas do governador. Fabio Camargo, filho do ex-presidente do Tribunal de Justiça Clayton Camargo voltou ao Tribunal de Contas recentemente. Ele esteve afastado em razão de questionamento judicial sobre o processo de sua eleição. Camargo foi eleito pela Assembleia com 27 votos, numa disputa acirrada contra Plauto Miró (DEM). As informações são da coluna *Caixa Zero*, assinada pelo jornalista Rogério Galindo, no jornal *Gazeta do Povo*.

15 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Julgamento de Carli Filho é suspenso pelo STF



Júri popular estava marcado para 21 e 22 deste mês

O julgamento do ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que estava previsto para este mês, foi suspenso após o Supremo Tribunal Federal (STF) conceder, na quarta-feira (13), uma liminar em favor de Carli. O ex-

deputado é acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito, em 2009, em Curitiba. O júri popular estava marcado para os dias 21 e 22 de janeiro.

A decisão é do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF,

uma vez que o ministro Gilmar Mendes, que é relator do processo, está de férias. Em fevereiro, Mendes irá avaliar o mérito da Habeas Corpus impetrado pelos advogados de Carli, que alegam nulidade de provas e cerceamento de defesa. ●

Fabio Camargo será o relator das contas de Richa

Conselheiro foi afastado pela Justiça e voltou após decisão do STF

O conselheiro Fabio de Souza Camargo, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), foi escolhido o relator das contas de 2016 do governador Beto Richa (PSDB), em sorteio reali-

zado nesta quinta-feira (14).

O relator e sua equipe técnica têm a função de acompanhar, ao longo do ano, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal do Execu-

tivo estadual. O parecer prévio sobre o exercício será votado no segundo semestre de 2017, pelo Pleno do TCE.

Camargo, que é ex-deputado estadual e vereador em Curitiba, hoje faz

parte da Segunda Câmara de Julgamentos do Tribunal. Entre os atuais, ele foi o último conselheiro a tomar posse, substituindo Hermas Brandão, aposentado aos 70 anos, em julho de 2013. ●

15 JAN 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Nova lei do direito de resposta já é questionada na Justiça

Entre os principais projetos aprovados pela Câmara dos Deputados em 2015 está o da nova lei do direito de resposta na imprensa. A matéria é polêmica e já está sendo contestada na Justiça.

A proposta (PL 6446/13) que originou a lei foi discutida por quatro anos no Congresso Nacional e sancionada em novembro de 2015 pela presidente Dilma Rousseff. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não concorda com a matéria e já recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a nova legislação.

A entidade quer que o STF declare todo o texto da norma inconstitucional. Em um pedido alternativo, a ABI busca derrubar trechos da nova lei, como o que permite a alguém ofendido entrar na Justiça para obter o direito de resposta mesmo que o veículo de comunicação tenha feito a retratação ou retificação espontaneamente; e o que dá apenas 24 horas para o órgão apresentar razões ao juiz da não publicação de resposta pedida diretamente pela parte ofendida e três dias para contestar. Esses prazos também foram questionados publicamente por outras entidades que reúnem veículos de comunicação, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ).
Divergência

Na Câmara, o tema dividiu opiniões. O deputado Miro Teixeira (Rede-RJ) votou contra o projeto. "O cidadão vai ver a imprensa ficar oprimida por uma lei de direito de resposta. Isso não é de interesse da cidadania, não é de interesse da vida pública", afirmou.

Já a líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), defendeu a proposta. "Toda pessoa tem o direito de responder e de reagir a uma reportagem. A lei não quer impedir a imprensa de investigar e noticiar, mas, sim, regulamentar uma prerrogativa prevista na Constituição", argumentou.

Regulamentação

Em 2009, o Supremo revogou a Lei de Imprensa (5.250/67). A partir de então, o Brasil ficou sem regulamentação para o direito de resposta. ■

Propina na quadro-negro

Testemunhas ligadas à construtora Valor, responsável pelas obras investigadas na Operação Quadro Negro, afirmam que o dono da empresa fazia saques de até R\$ 800 mil em dinheiro vivo e que essa verba era repassada irregularmente a pessoas ligadas ao governo do Paraná. Segundo os depoimentos, ouvidos pelo Gaeco, o dinheiro era desviado de obras de escolas estaduais em um esquema que teria beneficiado autoridades do primeiro escalão.

Galevski

Ex-prefeito é inocentado em caso de estupro



O ex-prefeito de Realeza, no sudoeste do Paraná, Eduardo André Galevski foi inocentado em um dos processos que responde por estupro de vulnerável. Para o juiz da comarca, Carlos Gregório Bezerra Guerra, faltam provas para condenar o também ex-assessor da Casa Civil neste caso.

No depoimento em juízo, a suposta vítima mudou a versão inicial. Segundo a denúncia do Ministério Público (MP-PR), ela teria tido relações sexuais com o ex-prefeito por quinze vezes quando ainda tinha 13 anos. ■

14 JAN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Legislação permite que conflitos sejam solucionados em cartório

Conflitos como cobrança de dívidas, brigas de trânsito, controvérsias familiares, danos ao consumidor e também problemas relacionados ao direito do trabalhador agora também podem ser solucionados com auxílio dos cartórios extrajudiciais, sem necessidade de intervenção da Justiça.

Estimativas apontam que existem pelo menos 100 milhões de processos em tramitação no Judiciário para uma população com 200 milhões de habitantes, fator que pode ser amenizado com medidas de desjudicialização como essa, conforme lembra Rogério Bacellar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR).

“Essa lei representa um grande avanço para toda a sociedade e para o Poder Judiciário, que mais uma vez pode contar com apoio dos cartórios para redução do tempo de tramitação dos processos, prestando, dessa forma, serviço mais célere ao cidadão envolvido em conflitos”, destaca Rogério Bacellar.